

ANIMAIS: QUE DIREITOS?



A Festa

«... à volta de uma coisa velha;
e não muda a condição»

João Vaz Rodrigues | Advogado | Presidente do Conselho Distrital de Évora



Os animais são coisas, e as coisas podem ser *objecto de relações jurídicas*, onde assista a autonomia dos titulares dos respectivos direitos. Usar, fruir e destruir (aceitando até ao limite máximo a livre disponibilidade que decorre do *ius abutendi*): assim aprendi a composição do direito de propriedade, assim penso poder resumir — livre de citações — o direito positivo português.

Mas serão os animais simples coisas? E qual o limite das liberdades?

As investigações científicas *Damasianas* apontam a sensibilidade e a emoção como fontes da vida humana e da sua inteligência. E, meus caros

amigos, é inegável **inexistirem** *mínimos* de inteligência a delimitar a assunção da condição humana. Nesta perspectiva, todas as coisas susceptíveis de possuírem vida *a se* terão importância, mas não forçosamente análoga; como importância tem o demais que preenche a vida humana. Em suma: todas as *coisas* são essenciais para o ser humano. Delimitadas dedutivamente as extremas da individualidade, poder-se-á reduzir a esfera dos direitos de personalidade em confronto. As projecções são recíprocas, são mesmo interdependentes, mas a singularidade humana é-me mais cara. Entre os direitos funda-

mentais encontra-se o da liberdade, valioso como a própria vida. Aceito muito, mas não a sua restrição, ao menos, sem fundamento de carácter absoluto. Drama próprio de um adolescente, dirão, mas nesse caso não me passou.

Os tópicos essenciais a ter em conta não cabem aqui; mas decorrem das verdades primárias: realidade e artefacto humano. Todos os sentimentos, aceitando até (com reticências ou desagrado) que as conclusões destes raciocínios (diletantes, vá lá) vão valendo apenas nos restritos campos em que são formuladas. O encanto e a sensualidade de um banho de imer-

são esfumam-se perante a visão de quem não tem água para beber.

Não quero deixar as perguntas iniciais no ar. A resposta à primeira questão formulada é positiva: os animais são simples *coisas*, embora não sejam *coisas* simples. E a segunda é negativa: as restrições da liberdade constituem exceções contadas.

O que sucede é que as limitações à manipulação da vida humana e das *coisas* da humana vida possuem graus distintos. Claro que o homem é predador: um destruidor da vida — de todo o tipo de vida que o rodeia. Não o afirmo com conformismo: esta condição primária de (sobre)vivência à custa da vida não pode levar-me longe demais, bem sei. A asserção bíblica da livre disposição dos bens criados por Deus é algo anacrónica. Basta ponderar a vertigem apocalíptica com que a humanidade se precipita na destruição do meio ambiente, aqui incluindo a nossa contribuição individual com as *migalhas* dos automóveis, dos aparelhos de ar condicionado, do já referido esbanjar de água potável, etc..

A verdade nua e crua parece ser a

de que a necessidade de alimentação (de destruição, portanto) não se reduz apenas ao aparelho digestivo, e o tributo consequente é pago à custa de um estranho crédito hipotecário sobre a esfera em que habitamos. Triste realismo este: somos um organismo que, visto colectivamente, se auto-consome.

Bom, retomo o *fió da meada*: se aceitar a viabilidade de uma *alimentação* intelectual a par da física, terei igualmente justificado a necessidade de alimentação emocional. Ah! Mas eu pago. Pago até, eventualmente, o preço da destruição ambiental que me rodeia. E ponderados os limites dos valores intrínsecos individuais e sociais inerentes.

As touradas inserem-se nestas limitações? E se a resposta for afirmativa, será de aceitar a morte do touro na arena pelas mãos do toureiro? É o que importa aqui curar.

Os desafios são —no seu mínimo— uma contingência que explica o percurso da humanidade. O reconhecimento do exercício da liberdade individual permite aceitar, pelo lado do toureiro, que arrisque até ao limi-

te do dano integral da sua integridade físico-psíquica. Fica o assunto arremado por banda do homem, com resposta afirmativa às duas últimas questões. E pelo lado do touro? Em princípio, a crueldade da morte de uma *coisa* não me impressiona de tal forma que, para além dos danos sociais relevantes, me impeça de aceitar perante uma necessidade plausível. Assim, para lá da alimentação física, da investigação científica, dos atentados urbanísticos, dos danos ponderados de poluição ambiental, entre o resto, aceito ainda a satisfação das demais necessidades intelectuais e emocionais. As primeiras a justificar o corte das árvores que permitem a impressão destas linhas; nas segundas ilustro com o exercício da caça (embora não o pratique) e com as touradas (embora só as veja), exactamente.

É *condição* do animal de aviário viver em cativeiro, engordar rapidamente e morrer em momento anterior ao da sua expectativa de vida. É *condição* do animal do laboratório sofrer os testes de experimentação das drogas convenientes à saúde humana.

Entre os direitos fundamentais encontra-se o da liberdade, valioso como a própria vida. Aceito muito, mas não a sua restrição, ao menos, sem fundamento de carácter absoluto.



E tantos outros exemplos são comumente alardeados pelos defensores do espectáculo. Mas não deixam de —pesem a náusea ou o enjoo— ser verdadeiros. Ilustram igualmente, ao fim e ao cabo, a minha própria *condição* de humano. Mas não é a esta luz que pretendo justificar o artefacto que subjaz ao exercício taurino. Dor, sofrimento, crueldade e morte não bastam para arredar a singularidade do destino do touro bravo, tal como o de certos homens; aqui se insere a história da arte e da cultura emocional envolvente e vivida pelos *aficionados*. Mesmo concentrando-me na tourada de morte: o momento fulcral com que termina a *faena* —no decurso da qual é evidente a alegria algo pueril da vida humana que *dança* com a morte que transporta geneticamente— reitera-me a icono-grafia do gigantesco *harakiri* social (emprego a expressão com as conotações de honra e de inevitabilidade próprias da cultura japonesa antiga). É uma parte da própria vida do homem que se abate às mãos do toureiro quando o *estoque* arranca a vida do touro; isto, quando o próprio touro não o faz antes ou simultaneamente. É uma lição que me obrigo a presenciar —e recordar—, pelo menos anualmente, por ocasião da feira de S. João, em Badajoz, numa praça que *nunca enche*. Admiro os toureiros e os touros e respeito a morte: as tragédias subsistem para além do autismo com que as repudiamos. E depois, que lição de relativismo: num passe um herói, no seguinte uma vaia, momentos depois uma colhida... É a nossa própria vidiinha ali inteiramente retratada.

Chamar-me-ão nostálgico (talvez também facinora) por recordar que a (sobre)vivência e(ou) a necessidade justificaram a brutalidade e os perigos da pesca à baleia nos nossos Açores ou analogamente para o banho de espuma sanguinolenta da *copejada* do atum de Tavira. Que magníficos episódios esses. Ficaram-me na memória as descrições e as películas des-



Chamar-me-ão nostálgico (talvez também facinora) por recordar que a (sobre)vivência e(ou) a necessidade justificaram a brutalidade e os perigos da pesca à baleia nos nossos Açores ou analogamente para o banho de espuma sanguinolenta da *copejada* do atum de Tavira. Que magníficos episódios esses.

sas últimas aventuras, como reduto antropológico de um tempo perdido e substituído pela destruição causada pelos navios fábrica, assépticos e discretos. Claro que me assusta a perspectiva de extinção de qualquer espécie animal. Não é disso que falo agora. Só quero sublinhar que a minha retina persiste em repudiar a hipocrisia de quem sacrifica de bom grado a *vida* de uma singela flor para preencher emocionalmente um desígnio de vaidade, de paixão ou de cortesia e verbera veementemente o sangue de um animal cujo destino é exactamente o de morrer... na arena, porque não? Bem sei que a flor não se manifesta da mesma maneira, mas morre igualmente sacrificada à emoção.

Dir-me-ão que as premissas desafiadas podem conduzir à conclusão contrária: a protecção da vida exige limitações mais fortes, exactamente em vista da sobrevivência humana. É certo. Aceito as falácias dos silogismos. Mas não é isso que eu sinto como justificação para afastar o fascínio pela tourada. E do que não largo mão, neste Mundo massificado, é da identificação simbólica com os desafios mais fortes de um povo: tal qual seja o de colocar-se à mercê da cruel antecipação do destino em vista de um efémero triunfo, brindado, no melhor dos resultados, com três ondas de lenços brancos. Preservar os

ritos desse egrégio embate entre o engenho e a morte preserva, por contraste, toda a nossa evolução civilizacional. É dual, pois sim: é próprio do homem. Acabar com isso? Como rematava o bom do Régio: «eu não sei por onde vou, mas sei que não vou por aí!».

No fim dos argumentos *pesados* sinto esta evidência: o mais puro e pacífico dos seres humanos necessita de consumir a vida que o rodeia para viver. Mais ou menos contrariado, alimenta-se sempre da vida. No último reduto da liberdade de facto: o suicídio, é a sua própria vida que lhe alimenta a vontade. Pese a censura, subsiste a autonomia.

E o touro? Repudiar o sofrimento gratuito, impedir uma carnificina, mais a mais, em público e aplaudida. É argumento, sem dúvida. Afinal, quem defende o touro? Os fins justificam os meios? Não! De todo, neste caso. Mas os meios podem justificar os fins.

Quem defende o touro é o próprio toureiro e os demais que respeitam a festa. Sem estes aquele sofre sérios riscos de extinção.

E sem a festa do touro bravo é a vida que perde. Embora extrapolando, vale aqui uma paráfrase da autoria de Francis Bacon: se quereis vencer a natureza, então tendes de obedecer-lhe. 